

AMPLIAÇÃO DO ACESSO EDUCACIONAL E DESIGUALDADES SOCIAIS: A TEORIA DA MODERNIZAÇÃO E A HIPÓTESE MERITOCRÁTICA EM DEBATE

ALINE AMORIM MELGAÇO GUIMARÃES

RESUMO

O presente trabalho pretende realizar uma reflexão teórica e empírica a respeito da teoria da modernização e da hipótese meritocrática no que diz respeito ao suposto de que o desenvolvimento econômico levaria à redução das desigualdades nas sociedades modernas industrializadas. Na perspectiva sociológica, de estudo da estratificação educacional, a chamada hipótese meritocrática propõe que a universalização dos níveis básicos educacionais promoveria a igualdade de oportunidades, contribuindo para uma sociedade menos desigual. Propõe-se a partir deste estudo, uma reflexão a respeito do processo de modernização e a questão da universalização da educação na sociedade brasileira, em perspectiva com outras sociedades, para um debate aprofundado a respeito das desigualdades, assim como da construção de políticas públicas para o enfrentamento destas e para a construção de uma democracia mais inclusiva, e deste modo, mais democrática e igualitária.

PALAVRAS - CHAVE

Modernização, meritocracia, educação, desigualdades sociais.

O PROCESSO DE MODERNIZAÇÃO SOCIAL E A TEORIA MERITOCRÁTICA

Para uma maior compreensão a respeito das propostas e hipóteses apresentadas pela chamada teoria meritocrática a qual pretendemos analisar, faz-se importante realizar uma breve retomada ao antigo debate a respeito da modernidade, assim como do processo de modernização das sociedades.

O discurso implícito à teoria meritocrática deve ser analisado como sendo um reflexo dos estudos clássicos da economia e também da sociologia, fortemente influenciados pelo otimismo trazido pela conquista de uma nova era, qual seja, a *modernidade*.

O surgimento da modernidade é marcado pela ruptura com um modelo de sociedade baseado nas tradições, para o desenvolvimento de uma forte crença na racionalidade humana, esta racionalidade passa a ser acompanhada de um processo de burocratização que se desenvolve e se manifesta nas mais diversas esferas da vida social Weber (1971).

O desenvolvimento do capitalismo e por sua vez, do liberalismo político, apontam para a importância do mercado e de sua necessária autonomia para a promoção de melhores condições de vida para todos. Acreditava-se na inevitável tendência de equilíbrio do mercado e que o crescimento econômico levaria a uma distribuição de bens e oportunidades a todos nele inseridos. Adam Smith, em “A Riqueza das Nações” foi um dos primeiros teóricos a propor a importância da liberdade de mercado e dos homens, para que estes pudessem seguir suas paixões e interesses a fim de promover o crescimento econômico e o progresso. Nas sociedades mais industrializadas haveria uma maior especialização e divisão do trabalho e a troca de produtos realizada no mercado seria importante para o proveito geral.

Os interesses individuais seriam praticamente convergidos em uma “mão invisível” capaz de promover o benefício de todos, gerando um grande equilíbrio social (Smith 2010).

O crescimento econômico, nas sociedades modernas e industrializadas aos poucos seria responsável por uma crescente redução das desigualdades existentes, pois o processo de modernização seria responsável por ampliar e ou até universalizar o acesso à educação, diante das crescentes demandas por profissionais capacitados e preparados para as novas funções laborativas.

Dentro desta perspectiva, o desenvolvimento das sociedades industrializadas levaria a uma crescente valorização do conhecimento, ou seja, de uma mão de obra capacitada para a execução de tarefas que passariam a exigir cada vez mais qualificação para o exercício de tais funções (Treiman 1970).

De acordo com Treiman (1970), haveria uma maior tendência à mobilidade social nas sociedades mais industrializadas, que seria fruto do processo de abertura e ampliação dos sistemas educacionais, da valorização do trabalho especializado e em contrapartida, uma redução significativa da influência do status ocupacional dos pais, assim como da escolaridade dos pais, na aquisição escolar e ocupação dos filhos.

Assim, tendo em vista uma crescente ampliação do acesso à educação formal, os indivíduos seriam colocados em uma competição justa, valorizando suas diversas potencialidades individuais, na disputa por melhores oportunidades no interior das relações sociais.

Entretanto, o que se observou nas mais diversas sociedades foi a incapacidade dos mercados de promover uma maior equidade social. Na prática, o modelo econômico liberal não foi capaz de promover por si mesmo uma distribuição de bens e oportunidades para suas sociedades. Foram diversos conflitos políticos e sociais, que levaram a questionamentos significativos a respeito dos Estados e suas responsabilidades perante a sociedade, sobretudo, no que diz respeito ao reconhecimento de direitos.

Desse modo, de acordo com Marshall (1967), a construção da cidadania moderna previu independentemente da ordem em que foram reconhecidos, a soma de direitos civis, políticos e sociais.

Segundo Marshall (1967), haveria uma tendência, nas sociedades modernas, à incorporação de direitos¹. Este processo de incorporação de direitos, mesmo não ocorrendo da mesma maneira e no mesmo ritmo, apresentaria uma perspectiva evolutiva. Baseando-se no caso inglês, o autor analisa o processo evolutivo ao longo da história política inglesa que teria realizado a incorporação de direitos civis no século XVII, direitos políticos no século XVIII e direitos sociais no século XIX.

A modernização na análise de Marshall (1965) levaria a uma maior responsabilização do Estado perante seus cidadãos, que passariam a ser dotados de uma gama maior de direitos, principalmente aqueles fundamentais à existência em sociedade. É somente a partir do reconhecimento institucional dos direitos sociais pelo Estado, que estes assumem importante posição enquanto um princípio ordenador de “escolhas trágicas” (Santos 1987). Entretanto, Marshall chama atenção para a clara tensão entre os parâmetros básicos de um sistema econômico capitalista e liberal, durante o processo de reconhecimento dos direitos pelo Estado para com seus cidadãos.

Desse modo, o autor chama atenção para a relevância da conquista de direitos sociais, pois esses seriam ordenadores de um “princípio superior de justiça” no que

¹ Apesar de tratar da história política inglesa, Marshall (1967) realiza um esforço generalizante quando propõe uma comparação dos diferentes sistemas de elaboração de políticas sociais pelos Estados Francês e Alemão; ao refletir sobre um possível modelo de Estado de Bem-Estar Social.

se refere às decisões políticas por parte dos Estados no que diz respeito às necessidades dos cidadãos.

Faz-se importante mencionar que o desenvolvimento das políticas sociais desde o século XIX, vem ocorrendo de diferentes formas nos diversos Estados Nacionais. No entanto, foi a partir do período do pós-Segunda Guerra Mundial que o fenômeno do *Welfare-State* experimentou incontestável expansão, culminando no processo que se pode chamar de institucionalização das políticas sociais (Arretche 1995). Este processo de formalização das políticas sociais pelos Estados através da elaboração de uma série de mecanismos institucionais voltados para a elaboração e implementação de medidas de atendimento aos direitos sociais constitui-se naquilo que hoje entendemos por Estado de Bem-Estar Social.

De modo geral, pode-se dizer que no século XX, tendo em vista uma forte tendência de incorporação de direitos sociais por parte dos mais diversos países, ocorreu em grande parte dessas sociedades, capitalistas ou socialistas, uma forte ampliação do acesso à educação universal e gratuita para o ensino básico e em muitos casos também o secundário. A ampliação do acesso à educação foi seguida por uma forte valorização do conhecimento formal, sobretudo, a partir do reconhecimento das credenciais como forma de autoridade.

As análises meritocráticas acreditam nessa ampliação como suficiente para se pensar em uma equalização de oportunidades para os indivíduos no que diz respeito à disputa por melhores ocupações no interior das relações de trabalho. Dentro da perspectiva funcionalista-meritocrática, considera-se sob a responsabilidade do indivíduo o seu sucesso e ou fracasso profissional, tendo em vista o acesso à educação ter se dado, inicialmente, de forma “semelhante” a todos os indivíduos com os quais ele compete. Nesta perspectiva, a educação seria um mecanismo de equalização das desigualdades existentes, tendo em vista a suposta igualdade de oportunidades para indivíduos de origem socioeconômica desiguais, raças e gêneros diferentes.

Entretanto, pretende-se demonstrar, para além das conquistas da modernidade, em especial, no que diz respeito à universalização da educação básica e em algumas sociedades, também a secundária, que tais conquistas foram insuficientes para a consolidação da chamada meritocracia nas relações que ocorrem no mercado de trabalho.

Serão apresentadas em seguida, a partir de estudos empíricos, algumas das críticas ao modelo funcionalista meritocrático, chamando atenção para o fato de que a abertura à educação não foi suficiente para garantir uma igualdade de oportunidades para os indivíduos em diversas sociedades, assim como também na sociedade brasileira.

De acordo com a teoria da reprodução social, o processo de ampliação do sistema educacional, nas sociedades desenvolvidas economicamente, não seria suficiente para estabelecer igualdades entre os indivíduos. Muito além de uma suposta igualdade de condições construída pelo acesso à educação formal, ocorreria a manutenção das desigualdades já existentes por trás dos muros das escolas. De acordo com Bourdieu (1990, 1996, 2008), a explicação para as falhas apontadas na teoria funcionalista, de base meritocrática, repousa no fato de que as instituições de ensino são responsáveis não por uma homogeneização da distribuição de capital cultural, mas pela manutenção da distribuição desigual que ocorre no espaço social.

Segundo Bourdieu (1990), a sociedade estaria dividida a partir de diferentes localizações sociais, que consistem em tipos de *habitus* — enormes conjuntos de disposições duráveis que nos orientam nas percepções, avaliações e tomadas de posição ao longo da vida. Os *habitus* consistem não apenas em grupos econômicos, mas também disposições a respeito de estilos de vida, práticas de consumo entre outros. O capital econômico está associado ao capital cultural na definição de diferentes tipos de *habitus*, os quais seriam responsáveis por proporcionar diferentes tipos de aspirações, práticas, atitudes e estilos de vida dos indivíduos em sociedade.

Na análise de Bourdieu (1996, 2008), para se compreender a desigualdade social é preciso compreender que há uma distribuição desigual de capital simbólico, que por sua vez, estabelece uma delimitação do espaço de posições ocupadas pelos atores sociais. Este espaço ocupado será capaz de influenciar e até mesmo determinar que os agentes ali presentes sejam capazes ou não de realizar uma série de escolhas e ou tomadas de posição. É esta desigualdade baseada na distribuição desigual de capitais simbólicos que não consegue ser superada no ambiente escolar segundo Bourdieu.

Também de acordo com Collins (1977), embora tenha ocorrido uma crescente abertura dos sistemas educacionais nas sociedades modernas e industrializadas, o que de certa forma contribuiu para uma valorização do sistema educacional na definição das carreiras, este processo não ocorre de forma equitativa para todos os indivíduos. Não haveria um equilíbrio funcional na sociedade a partir do crescente aumento e abertura dos sistemas educacionais, mas sim, a manutenção de relações de conflito que seriam esquecidas nas análises funcionalistas.

Collins chama atenção para a forte tendência à reprodução das classes (grupos de status) e dos privilégios desses grupos, dando exemplos da sociedade americana e inglesa, no que diz respeito à manutenção de privilégios e usos de instituições como a escola neste processo. De acordo com o autor, ocorre que um grupo de status privilegiado controla o sistema educacional para promover o controle dentro

das organizações de trabalho. Os alunos de elite seriam selecionados para ocupar posições privilegiadas situadas entre outros indivíduos pertencentes também às elites, compartilhando um mesmo universo de valores e cultura, enquanto que aqueles com níveis mais baixos de educação seriam selecionados para ocupar posições de menor prestígio e aceitar o modelo de valores e estilo imposto pela elite (Collins 1977: 127).

Segundo Blossfeld e Shavit (1993), um estudo realizado por Garnier e Raffalovitch (1984) a respeito da França, descobre que desde 1954, haveria uma relativa estabilidade entre classe social e a probabilidade de alcançar maiores ou menores transições para níveis escolares a partir de uma análise de coorte, a despeito do grande aumento do acesso à escolaridade.

Para além do caso francês, analisado por Bourdieu, assim como por Garnier e Raffalovitch, (Blossfeld e Shavit 1993), outros estudos realizados nos Estados Unidos, Alemanha, Países Baixos, Suécia, Grã Bretanha, Itália, Suíça, Taiwan, Japão, Checo Eslováquia, Hungria, Polônia e Israel, chamam atenção para o papel da escola na reprodução das desigualdades sociais existentes. Além disso, apontam a relevância de variáveis de origem, background social dos alunos, além de raça, em países multirraciais, como sendo variáveis extremamente relevantes para se pensar no número de anos que os alunos permanecem nas escolas, nos resultados de testes padronizados, como também na continuidade dos estudos para a universidade.

Foi a partir da realização de um grande censo educacional realizado nos Estados Unidos em meados da década de sessenta que ficou conhecido como “Relatório Coleman” que se instaurou na sociedade americana, assim como entre diversos pesquisadores da área, profundas críticas quanto ao caráter equalizador das escolas públicas americanas. O caráter inovador do relatório estava diretamente relacionado ao fato de que de modo geral, não são as diferenças entre as escolas que seriam responsáveis por melhores ou piores resultados dos alunos, mas as diferenças socioeconômicas existentes entre eles. “A esperança de combater a desigualdade racial mediante melhor distribuição dos investimentos em educação seria uma quimera” (Brooke e Soares 2008: 15).

Também a respeito da sociedade americana, um estudo de Jencks (2008) chama atenção para as desigualdades educacionais no país, tendo em vista principalmente, as diferenças relacionadas ao background familiar, que poderia ser representado parcialmente, a partir de diferenças econômicas que seriam mais facilmente mensuráveis entre as famílias. Por outro lado, haveria diferenças não econômicas de mais difícil mensuração. Além disso, Jencks chama atenção para a relevância que o background familiar possui na manutenção das crianças na escola por mais ou menos anos, a partir de uma reflexão a respeito das aspirações que os filhos possuem a respeito de melhores ou piores ocupações após se formarem.

As análises de Bowles e Gintis (2008) a respeito dos Estados Unidos, concluem por uma sociedade totalmente estratificada e pela forte contribuição do sistema educacional na manutenção e reprodução dessas desigualdades. Haveria um modelo na sociedade americana, que valorizaria no topo, as universidades de elite responsáveis por treinar os futuros líderes. Na base, uma educação de massa para todos responsável por educar e controlar os mais pobres, levando-os a aceitar as condições de desigualdade estabelecidas. Estas tradições sempre teriam coexistido e viriam ao longo do tempo se deslocando da escola primária e secundária, e na década de setenta, teria chegado ao nível superior (Bowles e Gintis 2008: 91).

No que se refere à raça, segundo Bowles e Gintis (2008), na medida em que os negros fossem aos poucos alcançando certa paridade educacional com os brancos, outros mecanismos foram se intensificando, “como a segregação em guetos nos centros urbanos, a transferência de empregos para o subúrbio, e, talvez a segmentação crescente do mercado de trabalho” (Bowles e Gintis 2008: 98), para manter uma desigualdade de renda que seria associada à raça.

De acordo com Blossfeld e Shavit (1993) um importante estudo realizado por Mare (1980 apud Blossfeld; Shavit 1993) foi capaz de mostrar que nos Estados Unidos haveria um crescimento sucessivo de coortes que alcançariam níveis intermediários de educação e o efeito da origem social tenderia a declinar, apresentando pouco efeito sobre as últimas transições educacionais.

Entretanto, sabe-se que o acesso às universidades ainda é muito inferior para alunos pobres e negros no país. Segundo Attewell e Lavin (2007), a experiência de abertura de universidades de Nova Iorque à entrada de alunos provenientes de famílias com baixa renda, e notas baixas no secundário, com especial atenção às minorias negra e latina, demonstraram, a despeito de importantes ganhos para todos aqueles que concluíram seus estudos, que as notas de alunas negras dificultavam a entrada em programas de bacharelado de 4 anos, levando-as a estudar em programas de “college”, de apenas dois anos. Além disso, que os efeitos sentidos após a conclusão do ensino universitário também foram diferentes para negras, brancas e latinas de origem pobre².

A respeito da Inglaterra, o Relatório do Conselho Consultivo Central para Educação de 1967, chama atenção para as “Atitudes dos pais” como sendo uma importante variável na explicação dos resultados dos alunos. O relatório aponta para a análise do capital cultural de Bourdieu, que influenciaria no comportamento dos pais em

² De acordo com Attewell e Lavin, as mulheres negras teriam menores probabilidades de conquistar uma renda familiar, que se convertesse em bem-estar material para suas famílias, pois tenderiam a se casar com homens de nível educacional inferiores ao que elas haviam conquistado. Ao passo que mulheres brancas e latinas de origem pobre tenderiam a se casar com homens de origem econômica superiores e também de nível educacional mais altos, levando-as a uma maior probabilidade de mobilidade do que aquela alcançada por mulheres negras, que dependeriam quase que exclusivamente de si mesmas para a conquista de melhores posições na sociedade.

relação aos filhos e este comportamento, por sua vez, seria importante no alcance de bons ou maus resultados alcançados na escola e, posteriormente, na sociedade.

Contudo, colocando em debate a teoria meritocrática, o estudo de Blossfeld e Shavit (1993) que apresenta uma análise a respeito de treze países, sendo Estados Unidos, Alemanha, Países Baixos, Suécia, Grã Bretanha, Itália, Suíça, Taiwan, Japão, Checo Eslováquia, Hungria, Polônia e Israel, destaca que os sistemas educacionais vêm passando por uma crescente expansão e que esta ocorre passo a passo, de baixo para cima, e que as coortes vêm caminhando a passos curtos na chance de alcançar posições mais altas tendo em vista a hierarquia educacional. Os mais altos níveis educacionais ainda permanecem fortemente exclusivos, o que reforça muito mais a teoria da reprodução em detrimento da teoria da modernização. Além disso, esta manutenção das credenciais mais altas restritas a candidatos privilegiados seria legitimadora da desigualdade no mercado de trabalho, garantindo as melhores ocupações para indivíduos privilegiados (Blossfeld e Shavit 1993: 14).

As análises realizadas por Blossfeld e Shavit (1993) chamam atenção para as desigualdades prévias existentes na sociedade e que estas não são equalizadas pelas instituições de ensino, faz-se importante destacar que comparando os treze países analisados, conforme mencionado anteriormente, apenas nos Países Baixos e na Suécia, houve uma significativa redução da associação entre origem social e alcance educacional. Isto seria resultado de uma redução das desigualdades sociais a partir da adoção de políticas redistributivas realizadas pelos Estados no combate às desigualdades existentes, assim, a ampliação do sistema educacional, seria mais uma ferramenta para o combate à desigualdade, para além daquelas que afetariam propriamente a desigualdade econômica existente.

Observou-se que nem mesmo os países socialistas, quais sejam, Checo Eslováquia, Hungria e Polônia, conseguiram estabelecer uma forte dissociação de origem social na equalização do sistema educacional. Houve, assim como nos demais países analisados uma grande expansão do ensino básico e secundário, mas uma forte associação entre origem social e alcance educacional.

Desse modo, segundo Blossfeld e Shavit (1993), a despeito da grande expansão dos sistemas educacionais dos treze países analisados, as mudanças quanto às desigualdades socioeconômicas das oportunidades educacionais ainda são muito pequenas. Mesmo em casos de grande transformação industrial como as ocorridas em Taiwan, Japão e Itália, como também em situações de mudança radical de ocupação estrutural – Israel, os parâmetros de estratificação educacional permanecem estáveis. Segundo os autores, os resultados encontrados apontam para uma clara refutação da teoria da modernização e por sua vez, da hipótese meritocrática.

Contudo, apesar da conquista de um sistema educacional universal gratuito, nos níveis primário e secundário, e das diferentes abordagens teóricas, os estudos

empíricos a respeito da desigualdade têm demonstrado que de modo geral, existem diversas estruturas (mais ou menos rígidas) de estratificação social, e estas são estáveis, ou seja, se conservam de geração para geração. Além disso, que os processos de estratificação social, que reproduzem a desigualdade são ainda mais difíceis de serem modificados, mesmo comparando sociedades de países completamente diferentes (Pastore 1979; Haller e Portes 1969).

No que diz respeito à educação propriamente dita, não se pode dizer que ela seja capaz de realizar a hipótese liberal e democrática de promoção da igualdade. Embora os sistemas educacionais não sejam responsáveis pela construção da desigualdade, a escola está longe de ser uma instituição capaz de romper com a desigualdade existente, seja do ponto de vista das classes, raças ou de gênero. A escola assume um lugar de reprodução das profundas desigualdades sociais existentes, fazendo com que o acesso à educação, longe de ser um fator de equalização, seja apenas capaz de moldar os alunos para que eles ao saírem da escola, assumam posições diferenciadas no mercado de trabalho, reproduzindo em grande medida o capital simbólico por eles herdado.

Para além da educação primária e secundária, cabe investigar o papel da educação superior na promoção de novas rupturas com as desigualdades existentes, ou na reprodução das rígidas estruturas de desigualdade.

O CASO BRASILEIRO

Analisando a sociedade brasileira, pós-industrialização, observa-se que, ao contrário da teoria da modernização, houve um processo de aumento das desigualdades e da distância entre as classes sociais existentes. A hipótese meritocrática de desenvolvimento industrial e econômico levar a uma maior equalização social não se confirma na história nacional. Além disso, a universalização do ensino teve início apenas em 1985 (período em que o processo de modernização e industrialização já havia se concretizado) com a obrigatoriedade do ensino do primeiro grau (hoje ensino fundamental).

A Constituição de 1988 previu o reconhecimento dos direitos sociais de forma ampla e universalizada a partir do reconhecimento do tripé: Saúde, Educação e Assistência Social para todos os cidadãos. O reconhecimento dos direitos sociais de forma universal por parte do Estado democrático brasileiro consiste em uma importante conquista social, sobretudo, diante da crescente desigualdade social observada a partir do modelo “Nacional desenvolvimentista” de caráter centralizador e concentrador de renda, adotado durante o regime militar no país.

Desse modo, tendo em vista a real incapacidade do mercado de se

auto-equilibrar e promover maior equidade fez-se importante o papel do Estado na construção de direitos para a construção de novas oportunidades para os cidadãos brasileiros. Para além desta conquista inicial de direitos, ainda não se pode dizer que a oportunidade de educação gerou uma maior equidade entre os indivíduos, o que promoveria uma competição justa por melhores ocupações e salários.

É dentro deste contexto, que assim como em outras sociedades já mencionadas, a hipótese meritocrática não se confirma na sociedade brasileira, pois ainda são observadas variáveis de origem social e econômica na reprodução das desigualdades e não apenas aquelas relacionadas à capacidade e treinamento individuais.

A partir dos estudos sociológicos sobre estratificação social, contemporaneamente, tem-se que a desigualdade social deve ser analisada, sobretudo, a partir de uma perspectiva de análise intergeracional, buscando explicar a influência de variáveis de origem, como raça, gênero e classe, por exemplo, e o impacto que estas possuem para a transmissão da desigualdade. Ou seja, buscando compreender como a desigualdade se reproduz de uma geração para outra. Trata-se de investigar os efeitos que a origem tem sobre o destino dos indivíduos. Neste caminho, de estudo entre origem e destino, faz-se importante avaliar qual o efeito que a educação possui na construção de novas e reais oportunidades ou nas limitações que se colocam inclusive para a aquisição de mais anos de estudo por parte dos indivíduos, tendo em vista a existência de barreiras socialmente definidas. Assim, mesmo após a universalização do acesso à educação básica no Brasil, faz-se importante analisar a dinâmica da transmissão intergeracional da desigualdade.

Os estudos realizados no Brasil a respeito da desigualdade social, em que pesem algumas diferenças encontradas, sobretudo a respeito das tendências de mobilidade social, apontam para a importância da educação, como um mecanismo de aumento da fluidez, promovendo uma maior dissociação entre origem e destino. Entretanto, reconhecem as desigualdades de acesso à educação, tendo em vista a o peso que variáveis de origem ainda possuem na estratificação educacional.

Os estudos de Pastore e Silva (2000) apontam para uma análise mais otimista em relação ao potencial de fluidez e mobilidade ascendente na sociedade brasileira. Os estudos de Costa Ribeiro (2007) chamam atenção para a importância da educação como fator de mobilidade, entretanto, destaca as dificuldades de mobilidade de longa distância entre as classes sociais.

Segundo Costa Ribeiro, no Brasil observa-se uma grande mobilidade entre as classes de elite, assim como também entre as classes baixas. Entretanto, considera que haveria pouca mobilidade das classes baixas para as classes altas, assim como das classes altas para as classes baixas. Também segundo Scalón (1999), constatou-se que “existe maior fluidez entre estratos que se encontram próximos, o que revela a presença de barreiras que se impõem à mobilidade entre as posições extremas

da estrutura social” (Scalon 1999: 124). Este fato seria fundamental para explicar a grande concentração da mobilidade ocorrendo entre os estratos intermediários, o que formaria uma “zona de contenção”. Neste sentido, observa-se que a maior parte da mobilidade social observada no país foi de pequeno alcance, tendo ocorrido entre classes muito próximas.

Segundo Santos (2002), observa-se que no Brasil, há uma grande associação entre ganhos salariais e anos adicionais de escolaridade. Esta forte correlação seria significativa para demonstrar o “peso especial da educação na geração da desigualdade de renda do trabalho” (2002: 253).

Ainda segundo Santos “a desigualdade na distribuição da educação, medida pelo coeficiente de variação, é tão elevada no Brasil (0,97) que supera o patamar registrado para o conjunto da América Latina (0,84), enquanto as economias industriais apresentam um indicador de apenas 0,36” (2002: 254).

De acordo com Fernandes (2004), apesar da universalização da educação básica no Brasil, esta não foi suficiente para que variáveis de origem como raça e origem urbana perdessem a sua relevância na determinação das trajetórias escolares. Principalmente na construção de limitações para alunos negros e de origem rural. Com o desenvolvimento econômico, o acesso à educação não se tornou menos seletivo no país.

Em um estudo que analisa coortes em um período de mais de oitenta anos, a autora demonstra o impacto do desenvolvimento econômico nacional na estratificação educacional e o papel da raça nesse processo. Segundo Fernandes (2004) o efeito da origem socioeconômica é forte nos primeiros níveis educacionais e fraco nos últimos.

Neste mesmo trabalho, segundo a autora, no que se refere ao peso das variáveis educação dos pais e ocupação do pai, ao longo do tempo, estas perdem seu poder explicativo sobre o alcance educacional dos filhos. “Um ano de educação da mãe eleva em 60% a probabilidade de o indivíduo completar o primeiro ano de estudo. Esta relação cai para 8% na explicação de que o filho complete qualquer educação pós-secundária. A variável gênero também mostra uma queda em seu efeito, mostrando que com a expansão do sistema educacional, as mulheres têm encontrado menos barreiras no seu alcance educacional.”³

Apesar destes avanços no que diz respeito a um enfraquecimento destas variáveis na determinação das trajetórias educacionais dos indivíduos, não se pode dizer que a hipótese meritocrática se confirma, pois ainda é marcante a relevância da raça,

3 Entretanto, faz-se importante debater frente à hipótese meritocrática a respeito da desigualdade de gênero para além do acesso educacional. Pois a desigualdade de gênero atesta contra a suposta disputa por melhores ocupações e salários ser uma disputa de base meritocrática.

principalmente para negros e da variável origem urbana, no que se refere às limitações de acesso à escolarização. Mesmo com o desenvolvimento econômico, ocorre segundo a autora, um aumento na relevância da origem urbana e seu efeito sobre as desigualdades educacionais.

O efeito da raça, contrariando o discurso da “democracia racial” chama atenção para um processo de crescente desigualdade. “Ter nascido preto ou pardo reduz as chances de a pessoa completar o primeiro ano de educação em 102% em relação a ter nascido branco ou asiático” (Fernandes 2004: 59). Além disso, para um negro continuar os estudos após a conclusão do Ensino Médio é tão difícil quanto concluir o primeiro ano de estudo. “Ser preto ou pardo dificulta as chances no alcance educacional do indivíduo, cada vez mais, à medida que o desenvolvimento econômico avança, quando comparado com o fato de ser branco” (Fernandes 2004: 43).

O efeito de se viver em áreas rurais até os quinze anos, faz com que estes indivíduos enfrentem barreiras ainda maiores no que se refere ao acesso à educação do que aqueles que viveram nas cidades, independentemente da raça, educação dos pais, ocupação do pai ou gênero.

Contudo, observa-se na sociedade brasileira que mesmo com a universalização e obrigatoriedade do ensino fundamental, ainda existem fortes processos de estratificação no acesso, e após a entrada, prevalecem barreiras que dificultam a conclusão dos níveis educacionais mais altos. Para além dos problemas relacionados à estratificação educacional, a universalização dos níveis básicos educacionais não foi capaz de promover a igualdade de oportunidades, justificando a livre e justa competição entre os mais aptos, pois embora as mulheres estejam alcançando maiores níveis educacionais, superando inclusive os níveis educacionais dos homens recentemente, elas ainda se deparam com o preconceito no mercado de trabalho que mantém relações desiguais de cargos e de salários entre homens e mulheres.

Contemporaneamente, a fim de compreender aprofundadamente os mecanismos de reprodução da desigualdade social que se observa no país, para além do processo de universalização do ensino básico, faz-se importante identificar os principais mecanismos sociais de exclusão que criam fortes barreiras e limites de mobilidade social, sobretudo, no que se refere à desigualdade racial.

Atualmente, tendo em vista iniciativas do governo federal na promoção de políticas de inclusão de alunos pobres e negros nas universidades públicas a partir de

cotas e nas universidades e faculdades particulares a partir de bolsas,⁴ faz-se importante investigar em que medida, o acesso à formação superior, estaria criando possibilidades reais para que os indivíduos de classes econômicas mais baixas e em especial os negros, possam alcançar melhores condições de trabalho e maiores possibilidades de mobilidade ascendente de longa distância, tendo em vista as descobertas a respeito da desigualdade educacional nos ensinos fundamental e médio.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pode-se dizer que as análises a respeito da estratificação educacional, e social de modo geral, não corroboram a chamada hipótese meritocrática. As estruturas da desigualdade são complexas e multicausais. Assim, além dos aspectos adquiridos, não se pode deixar de lado a importância de variáveis de origem na transmissão intergeracional de capitais simbólicos importantes para a conquista de melhores ou piores posições no interior da sociedade.

A modernização das mais diversas sociedades embora tenha sido responsável por uma crescente valorização da educação — conhecimento, como forma de autoridade, não foi capaz de romper com alguns aspectos tipicamente relacionados às sociedades tradicionais como relações pessoais (capital social), classe, raça e gênero que em alguma medida se misturam a outros fatores como de capital humano — formação escolar e experiência de trabalho, e desse modo reproduzem novas e velhas formas de estratificação social.

Os diferentes estudos aqui analisados reforçam argumentos contrários à hipótese meritocrática. Os únicos casos em que houve de fato uma redução das desigualdades sociais existentes e também no sistema educacional, foram os casos da Suécia e Holanda, entretanto, segundo Blossfeld e Shavit, isto não ocorreu em

4 O ProUni – Programa Universidade para Todos - tem como finalidade a concessão de bolsas de estudo integrais e parciais em cursos de graduação e sequenciais de formação específica, em instituições privadas de educação superior. Criado pelo Governo Federal em 2004 e institucionalizado pela Lei n. 11.096, em 13 de janeiro de 2005, oferece, em contrapartida, isenção de alguns tributos àquelas instituições de ensino que aderem ao Programa. Dirigido aos estudantes egressos do ensino médio da rede pública ou da rede particular na condição de bolsistas integrais, com renda per capita familiar máxima de três salários mínimos, o ProUni conta com um sistema de seleção informatizado e impessoal, que confere transparência e segurança ao processo. Os candidatos são selecionados pelas notas obtidas no ENEM – Exame Nacional do Ensino Médio, conjugando-se, desse modo, inclusão à qualidade e mérito dos estudantes com melhores desempenhos acadêmicos. (Ministério da Cultura. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/prouni/>).

O Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior – FIES é um programa do Ministério da Educação - MEC destinado a financiar a graduação no Ensino Superior de estudantes que não têm condições de arcar integralmente com os custos de sua formação. Para candidatar-se ao FIES, os alunos devem estar regularmente matriculados em instituições não gratuitas, cadastradas no Programa e com avaliação positiva nos processos conduzidos pelo MEC. Os critérios de seleção, impessoais e objetivos trazem transparência ao Programa, que tem como premissa atender aos estudantes com efetividade, destinando e distribuindo os recursos de forma justa e impessoal, garantindo a prioridade no atendimento aos estudantes de situação econômica menos privilegiada. (Ministério da Cultura. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/prouni/>).

função de uma maior abertura do sistema educacional, mas sim, em função de reformas sociais e econômicas que seriam responsáveis por reduções significativas das desigualdades previamente existentes.

A grande maioria dos estudos não demonstra uma queda significativa da influência de variáveis de origem social na aquisição de melhores níveis educacionais.

Entretanto, um estudo importante que acompanhou após trinta anos da data de entrada de mulheres de origem social muito pobre e dentre estas, brancas, negras e latinas, em uma universidade pública de Nova Iorque, chama atenção para a importância do acesso ao ensino superior como mecanismo de ruptura de ciclos de pobreza e exclusão social. Apesar de resultados diferentes para mulheres negras em comparação com mulheres brancas e latinas, o estudo chama atenção para a importância do acesso à universidade não apenas para os ex-alunos, mas, sobretudo, para a transmissão de melhores chances de vida para as gerações futuras. Embora os autores reconheçam que o ter concluído o *college* ou o bacharelado não foi suficiente para romper com o ciclo de desvantagens existente na sociedade americana, pois classe e raça continuam a influenciar as chances de vida das crianças, o fato de ter proporcionado a entrada dessas mulheres no ensino superior, foi uma forma importante de enfraquecer este ciclo de desvantagens (Attewell e Lavin 2007).

Este estudo se torna uma referência importante para se pensar a respeito das desigualdades observadas no Brasil, tendo em vista as variáveis raça e origem social. Observa-se no país um crescente aumento de estudantes pobres e também de minorias étnicas (negros e índios) nas universidades públicas e particulares a partir de programas incentivados pelo Governo Federal e pelas universidades federais.

Desse modo, faz-se importante neste momento, investigar em que medida este acesso ao ensino superior e posterior conclusão será de fato capaz de romper ou minimizar a relevância de variáveis de origem na trajetória intrageracional desses novos profissionais e que novas possibilidades serão capazes de transmitir intergeracionalmente para as suas gerações futuras.

Faz-se importante, investigar a partir do acesso a uma formação superior, se esta seria suficiente ou não, para garantir um maior potencial de mobilidade social para indivíduos que têm origem em classes economicamente desfavorecidas. Além da variável de origem — classe social, a variável raça também se faz relevante no que se refere ao potencial de mobilidade a partir do acesso a uma formação superior, a fim de identificar os aspectos que delimitam mais ou menos a mobilidade social a partir de investimentos na educação superior, além da identificação de valores socialmente compartilhados, capazes de limitar os resultados, assim como o alcance dos programas sociais de investimento em educação superior nos países.

Além do debate a respeito das desigualdades educacionais, faz-se importante pensar nas estruturas e sistemas de reprodução social das desigualdades que

permanecem estáveis nas mais diversas sociedades, estabelecendo padrões estáveis ao longo de séculos, limitando as possibilidades de mobilidade ascendente de longa distância para os indivíduos de origem pobre e em sociedades multirraciais, especialmente os negros.

A experiência da Suécia e da Holanda nos mostra que não são os sistemas educacionais que seriam capazes de promover condições de igualdade para os indivíduos, mas reformas profundas de combate à desigualdade de classe e de oportunidades de todo o tipo, valorizando assim, a construção de sociedades mais igualitárias o que refletiu em um sistema educacional que foi capaz de reproduzir situações igualitárias.

Novas políticas por parte dos mais diversos Estados, após um primeiro momento de reconhecimento de direitos sociais que ganhou destaque, sobretudo após a segunda-guerra, são chamadas a agir a partir da execução de ações no combate às desigualdades existentes, e estas precisam ir além da inclusão dos jovens na escola, não que esta inclusão seja irrelevante, mas conforme diversos estudos empíricos têm demonstrado, não é possível romper com ciclos de reprodução das desigualdades sociais apenas a partir do acesso à educação primária e secundária. A educação superior talvez se mostre como um caminho, um passo a ser dado nesse processo, mas aliada a medidas de acesso ao ensino superior, faz-se importante pensar em políticas de combate à pobreza e à desigualdade racial.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

- ANDREWS, G. Desigualdade racial no Brasil e nos Estados Unidos: uma comparação Estatística. *Estudos Afro-Asiáticos*, 1992, v. 22.
- ARRETCHE, Marta T. S. Emergência e Desenvolvimento do Welfare State: teorias explicativas. *Boletim Informativo e Bibliográfico*, 1995, n. 39.
- ARUM, Richard; GAMORAN Adam; SHAVIT Yossi. More Inclusion than Diversion: expansion, differentiation, and market structure in higher education. In: *Stratification in Higher Education: a comparative study*. Stanford California: Stanford University Press, 2007: 1-35.
- ATTEWELL, Paul; LAVIN, David E. *Passing the Torch: does higher education for the disadvantaged pay off across the generations?* New York. Russel Sage Foundation. 2007: 1-78.
- BIELBLY, W.; BARON, J. Men and Women at work: sex segregation and statistical sex segregation. In: Grusky, D. (Ed.). *Social Stratification: class, race and gender in sociological perspective*. Bolder: Westview Press, 1994. pp. 606-632.
- BLOSSFELD, Hans-Peter; SHAVIT, Yossi. *Persistent Inequality: changing educational attainment in thirteen countries*. Boulder: Westview Press, 1993. (1-24; 351-376).
- BOURDIEU, Pierre. *Coisas ditas*. São Paulo: Brasiliense, 1990: 149-168.
- _____. *Razões praticas: sobre a teoria da ação*. Campinas: Papirus, 1996: 13-52.
- _____. *A Distinção: crítica social do julgamento*. São Paulo: EdUSP; Porto Alegre, RS: Zouk, 2008: 93-151.
- BOWLES, Samuel; GINTIS, Herbert. Promessas Quebradas: reforma da escola em retrospectiva. In: N. Brooke, e J. F. Soares. *Pesquisa em Eficácia Escolar: origem e trajetórias*. Belo Horizonte: UFMG, 2008: 90-105.
- BROOKE, Nigel; SOARES, José Francisco. Pesquisa em Eficácia Escolar: Origem e trajetórias. Introdução. In: Brooke, N. e Soares, J. F. *Pesquisa em Eficácia Escolar: origem e trajetórias*. Belo Horizonte: UFMG, 2008: 9-22.
- COLEMAN, James S. Desempenho nas Escolas Públicas. In: Brooke, N. e Soares, J. F. *Pesquisa em Eficácia Escolar: origem e trajetórias*. Belo Horizonte: UFMG, 2008: 26-32.
- COLLINS, R. Functional and Conflict Theories of Educational Stratification. In: Karabel, J.; Halsey, J. *Power and Ideology Education*. New Iorque Oxford University Press, 1977: 118-136.
- CONSELHO CONSULTIVO CENTRAL PARA A EDUCAÇÃO (Inglaterra). O lar, a escola e a vizinhança. In: Brooke, N. e Soares, J. F. *Pesquisa em Eficácia Escolar: origem e trajetórias*. Belo Horizonte: UFMG, 2008: 67-73.
- COSTA RIBEIRO, C. *Estrutura de Classe e Mobilidade Social no Brasil*. Bauru – SP: EDUSC, 2007: 101-208.

- CUNHA, Luiz Antônio. Democracia restrita – escola excludente. In: *Educação, Estado e Democracia no Brasil*. Niterói, RJ: Cortez, 1991: 22-55.
- ENGLAND, P. Wage Appreciation and Depreciation: a test of the neoclassical economic explanations of occupational sex segregation. In: Grusky, D. *Social Stratification: class, race and gender in sociological perspective*. Bolder: Westview Press, 1994: 590-604.
- FARIA, Carlos Aurélio Pimenta de. Uma Genealogia das Teorias e Modelos do Estado de Bem- Estar Social. *Boletim Informativo e Bibliográfico*, n. 46, 1998.
- FERNANDES, D. Estratificação Educacional, Origem Socioeconômica e Raça no Brasil: as barreiras da cor. In: IPEA. *Prêmio IPEA 40 Anos – IPEA*. Brasília: IPEA, 2005: 21-72. (Caixa 2004: Monografias Premiadas).
- GERMANO, José Willington. *Estado Militar e Educação no Brasil (1964-1985)*. São Paulo, Cortez, 2005
- HALLER, A.; PORTES, A. Status Attainment Process. *Sociology of Education*, New York, 1973, v. 46, n. 1, 1969: 51-91.
- HAROLD, Howe. Carta de Entrega do Relatório Sobre Igualdade de Oportunidades Educacionais. In: Brooke, N. e Soares, J. F. *Pesquisa em Eficácia Escolar: origem e trajetórias*. Belo Horizonte: UFMG, 2008: 23-25.
- HASENBALG, C. Entre o Mito e os Fatos: Racismo e Relações Raciais no Brasil. *Dados*, Rio de Janeiro, v. 38, n. 2, 1995: 355-374.
- JENCKS, Christopher. Desigualdade no Aproveitamento Educacional. In: Brooke, N. e Soares, J. F. *Pesquisa em Eficácia Escolar: origem e trajetórias*. Belo Horizonte: UFMG, 2008: 50-66.
- MARSHALL, T. H. *Política Social*. _____: _____, 1965.
 _____. *Cidadania, Classe Social e Status*. _____: _____, 1967.
 _____. MOSTELLER, Frederick; MOYNIHAN, Daniel P. Um Relatório Inovador. In: Brooke, N. e Soares, J. F. *Pesquisa em Eficácia Escolar: origem e trajetórias*. Belo Horizonte: UFMG, 2008: 33-49.
- PASTORE, J. Mobilidade e Desenvolvimento Social. In: _____. *Desigualdade e Mobilidade Social no Brasil*. São Paulo: T. A. Queiroz; USP, 1979: 145-202.
 _____; SILVA, N. *Mobilidade social no Brasil*. São Paulo: Makron Books, 2000. pp. 15-82.
- POLACHEK, S; SIEBERT, S. Gender in the Labor Market. In: Grusky, D. *Social Stratification: class, race and gender in sociological perspective*. Bolder: Westview Press, 1994: 583-589.
- REICH, M. The Economics of Racism. In: _____: _____. Bolder: Westview Press, 1994: 469-474.
- SANTOS, J. *Estrutura de Posições de Classe no Brasil: mapeamento, mudanças e efeitos na renda*. Belo Horizonte: UFMG; Rio de Janeiro: IUPERJ, 2002.

- SANTOS, Wanderley Guilherme dos. A trágica condição da política social. In: Abranches, S. H. et al.. *Política Social e Combate à Pobreza*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1987.
- SCALON, C. Mobilidade Social no Brasil. Rio de Janeiro: Revan/ IUPERJ, 1999: 111-136.
- SMITH, Adam. Riqueza das Nações. *Folha de São Paulo*, São Paulo, v. 4, 2010: 9-18, 423 p.
- SZELÉNYI, S. Woman and the Class Structure. In: Grusky, D. *Social Stratification: class, race and gender in sociological perspective*. Bolder: Westview Press, 1994: 577-583.
- TREIMAN, Donald J. Industrialization and social stratification. *Social Stratification: research and theory for the 1970's*. New Iorque: The Bobbs-Merrill Company, Inc. Indianapolis, 1970: 207-234.
- WEBER, M. *From Max Weber: essays in sociology*. New York. Oxford University Press, 1971.
- WILSON, W. The Declining Significance of Race: Blacks and Changing American Institutions. In: Grusky, D. *Social Stratification: class, race and gender in sociological perspective*. Bolder: Westview Press, 1994: 520-530.

EXPANSION OF EDUCATIONAL ACCESS AND SOCIAL INEQUALITIES: A DEBATE ON THE MODERNIZATION THEORY AND THE MERITOCRATIC HYPOTHESIS

ABSTRACT

This work aims to conduct a theoretical and empirical research on the theory of modernization and meritocratic hypothesis based on the assumption that economic development would lead to reducing inequalities in modern industrialized countries. In the sociological perspective, the study of educational stratification, called meritocratic hypothesis, proposes that the universalization of basic education levels promote equal opportunities, contributing to a more egalitarian society. It is proposed from this study, a reflection on the process of modernization and the issue of universal education in the Brazilian society, in perspective with other societies, in order to develop a comprehensive discussion about inequality, as well as to contribute to the building process of developing public policies to face these inequalities and to make a more inclusive democracy and then, a more equal and democratic society.

KEYWORDS

Modernization, meritocracy, education, social inequalities.

SUBMETIDO EM

janeiro de 2012

APROVADO EM

fevereiro de 2013

SOBRE A AUTORA

ALINE AMORIM MELGAÇO GUIMARÃES

Graduada em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG. Mestre em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN. Doutora em Sociologia pela Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG.

Contato: alineguimaraes@hotmail.com